

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 90: NEOTECNICISMO EM EDUCAÇÃO**

**KALINA GONDIM DE OLIVEIRA**

Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: kalinnagondin@hotmail.com

### **Introdução**

A política educacional, que é uma intervenção do Estado na área de educação, reflete as metamorfoses operadas na forma e função do Estado. Este já encarnou as fases: Liberal, Imperialista, Socialdemocrata e agora Neoliberal. Nessas distintas faces do Estado, que na verdade são reflexo dos diferentes estágios do capitalismo, é reclamada uma reestruturação do sistema escolar atingindo sua forma e conteúdo; isso se dá pela função estratégica que a educação assume em uma sociedade de classes, calcada na dominação e exploração.

A função produtora da educação que é a formação de trabalhadores soma-se a função reprodutora que é a construção de subjetividades funcionais à reprodução do sistema. Essas duas dimensões são intimamente relacionadas e têm uma atuação nitidamente conservadora. Neste trabalho, analisou-se os contextos político, econômico e ideológico pós-64 e seus desdobramentos nas políticas educacionais e na concepção de educação como um todo, observando os inúmeros pontos de interseção entre essas políticas educacionais pós-64 e as políticas engendradas a partir da década de 90 no Estado brasileiro.

### **Desenvolvimento**

Preliminarmente, partiu-se de um pressuposto de que apesar de passados quase 30 anos entre um momento histórico e outro, a situação do Brasil continua sendo de dependência e subordi-

nação em relação aos países centrais. Se no pós-64 tinha-se o mito do desenvolvimento, na década de 90 emergiu a ideologia da globalização. Nesses dois momentos históricos é oportuno ressaltar a aliança entre o capitalismo e o Estado, onde aquele não prescindia deste. Melo, Paniago e Andrade (2013, p. 26) comentam que:

[...] a existência do Estado está inseparavelmente calcada à reprodução econômica do sistema do capital e outros termos; ela é o fundamento ontológico objetivo do próprio Estado moderno. Nesse sentido, o inter-relacionamento entre as dimensões econômica e política da sociedade capitalista não permite que o processo reprodutivo social seja unilateralmente direcionado como ocorreu, por exemplo, no sistema feudal; na sociedade burguesa. A interrelação entre essas duas dimensões somente admite a codeterminação, ou seja, a determinação reflexiva que se desdobra entre amplas esferas, cuja primazia da interação é dada pela dimensão econômica.

Portanto, em diferentes estágios do capitalismo foram necessários diferentes tipos de intervenções estatais onde em um dado contexto econômico era pedido mais Estado e em outro menos Estado. No período pós-64 o grande lema era o desenvolvimento econômico com segurança e a demanda por mão-de-obra qualificada era grande. Nesse contexto, a teoria do capital humano (TCH) penetrou fortemente nos discursos e documentos oficiais voltados para a área educacional, na mesma direção a um forte apelo ao uso da tecnologia por meio das máquinas de ensinar da TV educativa e microensino. A premissa nessa época é que o uso da tecnologia iria alavancar os resultados da educação, dado que era um meio científico e eficaz, além de ser dotado de uma objetividade e neutralidade.

A teoria do sistema, a psicologia Behaviorista e a Taxionomia de Bloom formavam a tríade teórica que sustentava a denominada pedagogia tecnicista que detinha seu foco nos comportamentos observáveis dos indivíduos e não em seus atos de consciência. Na

década de 90, com a reestruturação produtiva e o advento do Toyotismo em substituição ao Taylorismo-Fordismo, são observados muitos reflexos da política educacional pós-64.

Preliminarmente, manteve-se a crença no papel econômico da educação tal como defendia a TCH, só que agora a mesma unia-se ao mito da sociedade do conhecimento. A fetiche na tecnologia materializou-se cada vez mais no crescimento exponencial da Educação a Distância (EaD).

A esses fatores soma-se a centralidade da categoria competência na política curricular, esta carrega em si muito da psicologia Behaviorista e da Taxionomia de Bloom, dado que põe ênfase no comportamento observável dos indivíduos e no atingimento dos objetivos previamente definidos. Essa matriz do pensamento de Bloom foi também recuperada nas avaliações em larga escala. Estas adquiriram grande centralidade na década de 90 e vem se expandindo cada vez mais, reflexo de um sistema de controle e monitoramento empreendido pelo Estado. Saviani (2011, p. 439) comenta que:

[...] estamos, pois, diante de um neotecnicismo: o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados; é pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e produtividade. E a avaliação dos resultados converte-se no papel principal a ser exercido pelo Estado.

É oportuno também enfatizar que os empréstimos externos contraídos pelo Brasil nos acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e *United States Agency for International Development* (USAID), foram também presentes na década de 90, só que agora com o Banco Mundial.

### **Considerações finais**

Diante do exposto, constatou-se que apesar da história não se desenvolver de forma mecânica e linear, muito dos discursos e

meios empregados são reeditados para outros momentos históricos, adquirindo novos significados e sentidos. Isso é bastante visível nas inúmeras similaridades apresentadas entre a política educacional pós-64 e a implementada na década de 90.

### **Referências bibliográficas**

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GENTILI, Pablo Antônio Amadeo. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MELO, Edivânia; PANIAGO, Maria Cristina Soares; ANDRADE, Mariana Alves de. **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.